

# Campo de Saberes da História da Educação no Brasil

Atena Editora



Atena Editora

**CAMPO DE SABERES DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO  
NO BRASIL**

---

Atena Editora  
2017

*2017 by Atena Editora*

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Edição de Arte e Capa:** Geraldo Alves

**Revisão:** Os autores

#### **Conselho Editorial**

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b> <b>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>
---

C198

Campo de saberes da história da educação no Brasil / Editora chefe Antonella Carvalho de Oliveira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.  
202 p. : 625 kbytes

Formato: PDF  
ISBN 978-85-93243-42-4  
DOI 10.22533/at.ed.424171010  
Inclui bibliografia

1. Educação – Brasil – História. I. Título.

CDD-370.981

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## SUMÁRIO

### Capítulo I

A NOVA HISTÓRIA CULTURAL E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POR VIÃO FRAGO

*Raquel Magnólia Ferreira Ranzatti*.....05

### Capítulo II

A TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DE DIAMANTINA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MINAS GERAIS: 1928 A 1938

*Gabriela Marques de Sousa e Juliano Guerra Rocha*.....13

### Capítulo III

AÇÕES EDUCACIONAIS DO MOVIMENTO “ESPORTE PARA TODOS” NO BRASIL (1973-1990)

*Sérgio Teixeira*.....26

### Capítulo IV

APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE E CURRÍCULO ESCOLAR DA DISCIPLINA DE ARTES VISUAIS

*Jéssica Maria Freisleben e Milena Regina Duarte Corrêa*.....36

### Capítulo V

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: ENTRE O IDEÁRIO E O REAL

*Júlio Resende Costa*.....46

### Capítulo VI

EDUCAÇÃO E ICONOGRAFIA: O USO DA IMAGEM COMO FONTE HISTÓRICA E METODOLÓGICA

*Graciene Reis de Sousa, Antonio Guanacuy Almeida Moura, Jocyleia Santana dos Santos e Braz Batista Vas*.....57

### Capítulo VII

ENSINO PROFISSIONAL FEMININO: POBREZA E MARGINALIDADE NA NOVA CAPITAL MINEIRA (1909 a 1927)

*Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, José Carlos Souza Araujo e Elizabeth Farias da Silva*.....67

### Capítulo VIII

ENSINO PÚBLICO E PRIVADO NO BRASIL: DEBATES E TENSÕES (1932-1961)

*Bruno Borges*.....88

### Capítulo IX

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS E SENSIBILIDADES DOCENTES, SUAS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

*Regina Celi Frechiani Bitte*.....99

Capítulo X

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO E DA PROFISSÃO DOCENTE: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE  
TRAJETÓRIAS FORMATIVAS

*Vilmar José Borges*.....110

Capítulo XI

INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: POSSIBILIDADES PARA  
PENSAR A OBRIGATORIEDADE ESCOLAR EM MARIANA

*Priscilla Samantha Barbosa Verona*.....122

Capítulo XII

O IMPÉRIO, A REPÚBLICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A BUSCA DA  
MODERNIDADE POR MEIO DA PRIMEIRA ESCOLA NORMAL DE UBERABA (1881-  
1905)

*Mariana Silva Santos*.....133

Capítulo XIII

O PONTO DE VISTA DO INTERVENTOR JÚLIO STRUBING MÜLLER SOBRE O ENSINO  
EM MATO GROSSO

*Emilene Fontes de Oliveira e Thalita Pavani Vargas de Castro*.....146

Capítulo XIV

O PROCESSO HISTÓRICO-POLÍTICO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA  
BRASILEIRA

*Rachel Benta Messias Bastos*.....158

Capítulo XV

OS CONDICIONANTES HISTÓRICOS DA CRIAÇÃO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO DO  
ESTADO DE SÃO PAULO

*Sarah Maria Freitas Machado Silva e José Luis Sanfelice*.....174

Capítulo XVI

UM BREVE DEBATE EPISTEMOLÓGICO SOBRE HISTÓRIA GERAL E HISTÓRIA LOCAL:  
QUAL CAMINHO ESCOLHER?

*Willian Douglas Guilherme e Magalis Besser Dorneles Schneider*.....187

**Sobre os Autores**.....197

interrelationship between doing, reading and contextualizing art.

**KEYWORDS:** Discipline of visual arts; school curriculum; teacher training.

## **CAPÍTULO VII**

### **ENSINO PROFISSIONAL FEMININO: POBREZA E MARGINALIDADE NA NOVA CAPITAL MINEIRA (1909 a 1927)**

---

**Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro  
José Carlos Souza Araujo  
Elizabeth Farias da Silva**

## ENSINO PROFISSIONAL FEMININO: POBREZA E MARGINALIDADE NA NOVA CAPITAL MINEIRA (1909 a 1927)

**Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro**

Universidade Federal de Uberlândia  
Ituiutaba/Uberlândia – Minas Gerais

**José Carlos Souza Araujo**

Universidade de Uberaba  
Uberaba – Minas Gerais

**Elizabeth Farias da Silva**

Universidade Federal de Santa Catarina  
Florianópolis – Santa Catarina

**RESUMO:** Objetiva-se compreender as especificidades da implantação do ensino profissional para trabalhadores, em Belo Horizonte, MG, no período de 1909 a 1927, norteados pelos decretos federais (n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, e n. 5.241, de 22 de agosto de 1927). Foram focalizadas as seguintes categorias: ensino profissional feminino, política, pobreza e marginalidade no contexto da cidade de Belo Horizonte, MG. Nesse caso, verifica-se que é exemplar o ensino profissional feminino, quando se acenaram possibilidades para uma escolarização, até então negada à mulher, na Escola Profissional Feminina, criada em 1913, a qual sobreviveu até os anos de 1960. As principais fontes foram as matérias jornalísticas, a legislação educacional e, ainda, os relatórios de prefeitos da capital mineira, mensagens presidenciais. Tais fontes foram perspectivadas à luz dos procedimentos da análise do discurso sob o aporte da História da Educação. Teoricamente, tal pesquisa encontra-se sob o foco da perspectiva dialética, visando articular as dimensões local, estadual e nacional, dentre outros aspectos, no entanto, tendo em vista as categorias anunciadas anteriormente. Em termos de resultados, no processo de redefinição dos papéis sociais atribuídos aos homens, às mulheres e crianças, na reestruturação das relações familiares e afetivas, na composição de uma nova conjugação social, os operários se apresentaram com novas possibilidades que apontavam horizontes de expectativas, em termos de emancipação, em relação às experiências de uma classe cotidianamente explorada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Profissional Feminino; Pobreza; Marginalidade.

### 1. A NOVA CAPITAL MINEIRA E A PROJEÇÃO COMO CIDADE-SÍMBOLO DA REPÚBLICA

Com essa pesquisa, objetiva-se compreender as especificidades da implantação do ensino profissional para trabalhadores de Belo Horizonte, MG, entre 1909 e 1927, cujos marcos se realizam pelos Decreto federal n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, e Decreto-lei 5.241, de 22 de agosto 1927, a fim de dimensionar tal ensino em suas relações com a educação, pobreza, política e trabalho em uma cidade projetada no final do século XIX (1897) para ser capital



estadual.

O desdobramento da investigação apoiou-se em: (i) um conjunto de fontes diversificadas, nas quais foram analisadas as discussões, os embates e os consensos contidos nos discursos proferidos na Assembleia Legislativa Estadual (Câmara dos Deputados) e no Congresso Nacional; (ii) assim como em mensagens dos governos, ou seja, nos discursos políticos proferidos nas esferas local, estadual e nacional, bem como nas mensagens de governo e discursos presidenciais que tratam do ensino profissional; (iii) além disso, apoiou-se também em matérias jornalísticas, na legislação educacional e em relatórios de prefeitos da capital mineira.

Com efeito, parte da sociedade que passou a formar Belo Horizonte alinhou-se ao ideário de progresso e modernização que direcionaria o projeto de governo republicano e modificaria a vida política, principalmente em seus níveis locais, embora não tivesse rompido com o sistema descentralizador do governo imperial. Não por acaso, em Minas Gerais, acirram-se os debates sobre o poder local, uma vez que a capital - Ouro Preto - representava, para os republicanos, um centro político-administrativo típico do período imperial: repleto de entraves estruturais que emperravam o crescimento da cidade e dificultavam a sua transformação em um polo dinamizador da vida econômica. Como saída possível, surgia Belo Horizonte: o ideal de metrópole mineira e republicana.

Ao contrário da maioria das cidades, essa metrópole foi erguida sob os auspícios da intervenção estatal, que lhe atribuiu um traçado tributário de experiências urbanísticas de cidades, como La Plata, na Argentina, dos Estados Unidos e Europa; ou seja, planejadas. Eis porque se pode afirmar que Belo Horizonte preconizava uma modernização nacional, fundada de acordo com o ideário de certos líderes políticos, o qual se manifesta em uma mensagem do prefeito Bernardo Pinto Monteiro (1857-1924), dirigida ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas (depois denominada por Belo Horizonte) em 19 de setembro de 1900, no qual ele ressalta a importância da higiene no espaço urbano:

Não ha serviço mais importante para uma cidade do que o da sua hygiene. Todos os povos cultos procurara seguir rigorosamente os seus sabios preceitos. A cidade de Buenos-Ayres, Whashington e outras da America são modelos no genero e pode-se mesmo afirmar que algumas delas, fazem mui legitimamente da hygiene uma verdadeira religião. Habitados a viver em uma cidade onde estes preceitos são escrupulosamente observados, tem-se verdadeiro pavor quando chega-se a um meio onde se os veem completamente descurados. Foi sob essa inspiração que levei ao exm. sr. dr. Presidente do Estado o dec. n. 1.358, de 6 de fevereiro do corrente anno, criando uma directoria de hygiene, e entregando-a ao medico da Prefeitura, sr. dr. Cícero Ribeiro Ferreira Rodrigues, que á provada competencia reúne entranhado e sincero amor ao progresso da nossa cidade e a maior dedicação por esse serviço. Estão subordinados a essa directoria: limpeza publica e particular da cidade, mercado, matadouro, a fazenda do Barreiro, cemiterio e saude publica em geral. Si bem que a Prefeitura não tenha ainda conseguido montar de modo completo esse serviço, pois que lhe faltam laboratorios

e outros meios indispensáveis ao bem da saúde pública, todavia já não tememos o confronto com outras cidades. A limpeza pública tem merecido desta Prefeitura os maiores cuidados, convicta como se acha ella de que da sua boa ou má orientação dependem em grande parte as condições geraes de salubridade desta Capital.

Discursos como esse permitem pressupor que a construção da capital se deu por meio de um processo de modernização, que incorporava a tradição e o pretérito, ao invés de uma tentativa de apagar o passado colonial. O prefeito, tenta incorporar os novos preceitos: o “higienismo”.

De acordo com Rago (2014, p. 215),

Como parte desta política sanitária de purificação da cidade, a ação dos higienistas sociais incide também sobre a moradia dos pobres, de acordo com o desejo de constituir a esfera do privado, tornar a casa um espaço da felicidade confortável, afastada dos perigos ameaçadores das ruas e bares. Mas também a partir da intenção de demarcação precisa dos espaços de circulação dos diferentes grupos sociais.

Se assim for, então Belo Horizonte erguia-se como cidade-símbolo da República, na qual se projetava a educação maciça como locus privilegiado para difundir o ideário de higiene, conforme exposto por Pinto Monteiro.

Essas relações entre poder político republicano (nacional e local), progresso, modernização e urbanização (higienismo), ensino profissional, política, trabalho, pobreza, marginalização e educação em Minas Gerais, abrigam, então, a pesquisa ora proposta. Ou seja, elas se abrem à tentativa de construir uma compreensão histórica do movimento político-educacional em prol do desenvolvimento do ensino profissional de 1909 a 1927, e ainda sobre o modo como a sociedade de Belo Horizonte se movimentou para definir princípios, diretrizes e práticas que suprissem as demandas não só derivadas da escola, mas também associadas a ela, à pobreza, à modernidade e à política. A imprensa fornece ao pesquisador informações a respeito de como pode ter sido a movimentação da cidade. Desse modo, verifica-se que o Diário de Notícias protesta contra a inércia da prefeitura na “limpeza” da infestação de mendigos que descaracterizavam os ares da modernidade. Muitas vezes, o jornal citava outras capitais como exemplo da eficácia na solução do problema de ordem pública, em que se constituía a vadiagem.

A elite econômica considera a sujeira, a mendicância e a doença como o avesso das promessas de progresso, ordem e de bem-estar, e acusa a ineficiência dos administradores da sociedade, mas, também, é denotativa que a pobreza deva ser reprimida. É uma “patologia social” e deve ser tratada com repressão. Abaixo, a vadiagem aparece como uma opção e não como um efeito de um determinado contexto social. Em fevereiro de 1907, esse mesmo jornal publica o seguinte:

Bom concurso trariam a acção restauradora das nossas forças productoras em boa hora empreendida pelos poderes públicos, os

senhores da policia conseguissem a completa extincção da vadiagem em nossa terra. Mesmo na Capital, é contristador o espetáculo que presenciamos: as tavernas vivem locupletadas de parasitas que tantos serviços podiam prestar [...] e não seria esse cancro social que todos nos devemos temer. Guerra, pois, aos vadios [...]. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1907, p. 1)

Esse cenário histórico-social antecedeu o Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou nas capitais o ensino profissional primário gratuito. Políticos, governantes, classes dominantes e a imprensa (veiculadora do discurso das camadas médias e dominantes) consideravam a pobreza perniciosa em si mesma e como produtora de maus exemplos. Na capital, planejada para ser símbolo da República e modelo de cidade moderna, não havia lugar para todo tipo de gente. Daí, a importância da prisão e do trabalho no campo como formas de conter a população que ameaçava a moral e os bons costumes citadinos: mendigos, pobres e desvalidos.

Essa nomenclatura merece uma observação etimológica breve. Segundo o Dicionário Lello Universal, de João Grave, edição de 1900, a palavra desvalido pode ser compreendida pela definição de pobre e desgraçado, sendo este o órfão ou o abandonado. O termo desgraçado refere-se àquele desprovido da graça - entendida como felicidade ou favor divino; no entanto, desgraçada seria a criança excluída da proteção de alguém. Desvalido, desgraçado e delinquente seriam o mesmo que pobre; e pobre, segundo o dicionário de Antônio Morais Silva, de 1890, era quem pedia esmola, mendigava; era o pedinte que, envergonhado, pedia só a alguns; pobre era ainda quem renunciava à riqueza para se tornar franciscano. Pobreza seria, então, a situação em que se tem só o necessário para a vida cotidiana.

Faria Filho (2001, p. 17) refere-se a esse tema, dizendo que a incorporação dos “pobres”, dos trabalhadores, do povo à República seria intenção constante no período recortado para a pesquisa. Ao lado da formação do trabalhador e do combate à criminalidade, essa incorporação é apresentada como justificativa central para a maioria das reformas educacionais e de documentos diversos referentes à assistência à criança abandonada. Republicanos como Pimentel (1949), para citar apenas um nome, defenderam com firmeza a necessidade de incorporar os trabalhadores - o “proletariado” - à nação, a fim de impedir que seguissem discursos, práticas e ideais não condizentes com aqueles que os republicanos desejavam consolidar.

Com efeito, o tema da vadiagem entrou nas preocupações republicanas com a ordem na condição de tema central. Simão (2008, p. 93) dá pistas importantes dessa questão. Segundo ele, Marco Antonio Cabral Dos Santos — citando o criminologista Maurice Parmelee (1916) em estudo sobre a polícia e a sua relação com a sociedade paulistana da virada do século XIX para o XX — enfatiza que a vadiagem poderia significar uma antessala da criminalidade. Noutros termos, dada sua predisposição ao crime, o vadio podia ser considerado um semicriminoso, pois se encontrava distante do trabalho honesto e regular. Segundo Vilela (2016, p. 97),. Que discute essa questão também, naquele tempo de desigualdades, a

pobreza era sinônimo de má índole, falta de moral; e a desocupação profissional, sinônimo de vagabundice em relação aos “desfavorecidos pela sorte”, “fortuna”, significando destino.

Políticos, governantes, classes dominantes e a imprensa —reiterando: veiculadora do discurso das camadas médias e dominantes — viam a pobreza como perniciosa e produtora de maus exemplos. Na capital planejada para ser símbolo da República e modelo de cidade moderna, não havia lugar para todo tipo de gente. Daí a importância da prisão e do trabalho no campo como formas de conter a população que ameaçava a moral e os bons costumes citadinos: mendigos, pobres e desvalidos. Essa nomenclatura merece uma observação etimológica breve. Segundo o dicionário de Antônio Morais Silva, de 1890, pobre era quem pedia esmola, mendigava; o pedinte que, envergonhado, pedia só a alguns; era ainda quem renunciava à riqueza para se tornar franciscano. Pobreza seria, então, a situação em que se tem só o necessário para a vida cotidiana. Com base na edição de 1900 do Dicionário Lello universal, o vocábulo pobre teria um campo semântico que acomodaria sentidos como o de desvalido, desgraçado e delinquente: seriam o mesmo que pobre. Assim a criança desgraçada seria aquela excluída da proteção de alguém, órfã, abandonada.

Nesse sentido, o espaço urbano passa a ser disciplinado por uma nova moral e que de certa forma anuncia uma segregação espacial e social; ou seja, uma ação de

Limpar a paisagem urbana civilizada, tal como era pretendida de elementos que comprometessem a ordem, bem como a limpeza e a higiene, quesitos que estavam condicionados à presença de animais e corpos humanos imundos, vadios ou inválidos pelas ruas, praças e avenidas (SIMÃO, 2012, p. 95)

Em carta publicada no Diário de Notícias de Belo Horizonte, de 21 de março de 1907, o leitor Franklin Belfort se mostrou indignado ante o atraso de Belo Horizonte em relação a outras capitais do país. Para ele, a prioridade do poder público devia ser a higienização da cidade.

Dr. Prefeito. Sois, em virtude de vossa posição, a sentinella avançada que o governo actual de Minas postou para conservação do bom nome desta Capital. Tudo, consequentemente, que tende, por este ou por aquelle modo, a fazel-o decrescer, deve ser por vos afastado – declina a malo, e, a logica o impõe, toda a força geradora de seu aumento tem de por vós tambem, ser secundada – et fac bonum. Cabe-vos, pois, ouvir-me, agora que sou uma necessidade inadiavel feita palavra. A civitas fidalga, cujo progresso ruma sempre vossos actos, não pode, por mais tempo, tolerar o espectáculo opprobriante que se repete descaradamente em suas ruas, inda as de maior transito. Repugnam ao conceito alto e merecidamente lisongeiro que nós, os de fóra, formamos de Bello horizonte, essas scenas de atrazo inexcédivel que se denunciam pelas esquinas e calçadas emprestadas de cheiro desagradável e por individuos parados junto aos muros, postes ou arvores, fazendo, em

publico, o que sómente o recesso da watter-closet permite. As capitaes outras de nosso paiz que se acham em plano inferior, para guardar silencio sobre as de igual progresso, possuem, dr. Prefeito, em numero sufficiente para evitar os factos de que me occupo, esses logares reservados e hygienicos conhecidos de todos por – mictorios. Entretanto nem um ao menos, eu conheço em toda essa esplendida Bello Horizonte que tanto orgulho inspira ao mineiro, o que de certo modo justifica o procedimento de quem satisfaz, em qualquer esquina, as necessidades muitíssimo justas de seu organismo. E, dahi, os passeios manchados e ar contaminado, pedindo um lenço ao nariz, como aquelles o desvio, pela descida da calçada. O facto, que nada de phenomenal accusa, de tanto mais sobresahir o ponto negro quanto mais de neve é o fundo, se reproduz, mutatis mutandis, presentemente. Sabeis-lo: as capitaes devem ser, como as telas, em que seu povo imprimirá, em traços mais ou menos seguros, o grao de cultura e progresso a que haja attingido; logo, heis de convir, está na proporção deste a fealdade de quaesquer imperfeições, e a de que venho tratando por suas consequencias, afeia enormemente esta prendada Capital. Sobre desdizer da esthetica, ofende gravemente á moral a carencia de mictorios. Indo hontem, de noute, por moro amor á arte, por foi em frente a propria casa de negocios, um cidadão, estava irrigando de modo pouco decente uma das magnolias que uns metros acima do ex-Globo, ornamentam a rua da Bahia, a grande artéria, a Ouvidor catita de Bello Horizonte. E eu me detive a alguma distancia, trazendo pelo braço minha senhora e acompanhado de mais trez pessoas de nossa familia, esperando tivesse fim aquelle aguamento nouveau style. Não é só. Em companhia de amigos, hei visto, pleno dia, a reproducção de tal acto, em pontos, como proximidades do Club Bello Horizonte e frente do templo protestante da avenida A. Penna. Ora ninguem, de sã razão, contradictará que isto constitue um atentado ao pudor, um desrespeito formal á dignidade da familia bello-horizontina. Inda mais. A falta de mictorios em determinados pontos equivale a um desprezo absoluto do bem-estar publico: quem tem necessidade de passar o dia na rua abaixo e acima, não pode e nem deve, por todo esse tempo, privar o organismo de uma de suas funções mais exigentes, sem grave detrimento de sua saúde. Assim, pois, dr. Prefeito, a saúde de todos, o progresso material da urbe aprimorada e, mais do que tudo, o pundonor e a moral esperam de vós essa medida que tão de perto, consulta os mais alevantados interesses publicos. (BELFORT, 1907, p. 1)

Nessa carta, aponta-se, por um lado, para a necessidade da emergência de uma cidade em que o público deve ser a extensão do doméstico na sua organização; e moral, por outro lado, aparece nitidamente a preocupação com a estética e o caráter inovador que a urbes deve conter.

Ao dar voz à população e às suas reclamações relativas à sujeira nas ruas, a imprensa dá pistas importantes para entender o processo de “limpeza” da cidade. E, de fato, o Diário de Notícias protestou contra a inércia da prefeitura na “limpeza” da infestação de mendigos que descaracterizavam os ares da modernidade. Assim como o leitor missivista, o jornal muitas vezes citava outras capitais como exemplo da eficácia na solução do problema de ordem pública que se constituía a vadiagem:

BH não pode continuar a exibir suas pompas, ao lado da miséria. Cabe ao estado o dever de assistir aos pobres, aos desvalidos, aos velhos, aos enfermos [...]. Siga a Prefeitura, auxiliada pelo Estado e pela população, o exemplo da municipalidade de São Paulo, [...] proibindo terminantemente a mendicidade das ruas (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1907, p. 1).

Essa passagem sugere que a elite econômica viu a sujeira, a mendicância e a doença como o avesso das promessas de progresso e ordem, de bem-estar; e aponta ineficiência dos condutores da sociedade. A elite reclamou da higienização em um discurso defensor da construção de mictórios – espaços de privacidade – para evitar atentados ao pudor em áreas próximas, por exemplo, clubes e templos – espaços de sociabilidade.

Tal discurso norteava as experiências pessoais e urbanas em Belo Horizonte. Daí que a nova capital se ancorou em um conjunto de posturas municipais segundo as quais os cidadãos deviam respeitar os moldes da cidade moderna. Exemplo disso está no decreto de regulamentação dos mendigos, cujo art. 1.6 prescrevia a matrícula não só de mendigos na diretoria de higiene, mas também de animais como “[...] cachorros, cabritos ou carneiros” (VILELA, 2016, p. 105).

Conforme o “regulamento dos mendigos” – assinala Simão (2008) –, em Belo Horizonte a mendicância era tolerada e tinha hora, dia e local previstos pelo poder público municipal. O mendigo era identificado pelo guarda municipal e passava por uma avaliação, em que se resolvia seu destino. Se fosse vadio, era preso, processado e passaria a ser vigiado – ao menos em tese, conforme alerta Simão (2008). Se fosse constatada sua inaptidão ao trabalho, recebia licença para exercer a mendicidade; ou seja, recebia uma placa da prefeitura com a identificação “mendigo”, a qual devia se ostentada no peito para haver reconhecimento imediato.

Art. 12. No caso de perda da placa, deve o mendigo participar o facto à Prefeitura, que, enquanto não lhe puder fornecer outra indentic, mandará dar um cartão, contendo o numero do registro e a designação “mendigo. Art. 13. As multas impostas pela inobservancia deste regulamento pertencerão á Prefeitura. Art. 14. A infracção de qualquer das disposições contidas neste regulamento sujeitará o delinquente á multa de 10\$000 a 100\$000 e a 15 dias de prisão (Regulamento a que se refere o decreto n. 1.435, do dia 27 de dezembro de 1900).

Segundo Simão (2008, p. 94), “[...] esse quadro reflete uma atitude de tolerância por uma sociedade que reconhece a invalidez para o trabalho como digna de amparo”. O aumento de pedintes, doentes e pobres nas ruas de Belo Horizonte expunha os problemas da cidade; isto é, criavam campo para a intervenção prática do assistencialismo, constantemente voltado ao socorro de pobres, ou seja, desvalidos. Segundo Simão (2008, p. 94), “[...] esse quadro reflete

uma atitude de tolerância por uma sociedade que reconhece a invalidez para o trabalho como digna de amparo”.

De fato, o amparo suscitou debate do ponto de vista da caridade e suas consequências para o mercado de trabalho. Muitas associações beneficentes se constituíram nas décadas seguintes; mas voltaram-se, sobretudo, ao auxílio a imigrantes e a profissões ligadas, por exemplo, às artes e aos ofícios (PINTO, 2010); portanto, excluía uma parcela expressiva da população que não se enquadrava em seus estatutos (VISCARDI, 2004). Além disso, houve uma presença maior de congregações e associações religiosas leigas a fim de organizar o espaço público e o destino dos pobres (PINTO, 2010).

A essas associações e congregações se alinhou outra instituição que interferiu no cenário: a polícia. Na tentativa de higienizar a cidade — retirar as “chagas” das ruas e transferir para asilos, orfanatos, ações de caridades e instituições vinculadas à Igreja Católica —, a chefia de polícia cuidou de vigiar o dia a dia da capital, mediante uma ação que chegou até a imprensa de São Paulo. O jornal *Correio Paulistano* de 5 de novembro de 1913 publicou uma nota com esse texto: “O chefe de polícia deu severas ordens para o recolhimento ao Asylo Affonso Penna de todos os mendigos que sejam encontrados nas ruas da cidade” (p. 5).

No dizer de Pinto (2010, p. 282),

Segundo a Chefia de Polícia do Estado de Minas Gerais, regulamentar as ações de caridade era importantíssimo para uma mudança nos hábitos sociais, principalmente em relação ao trabalho, ou melhor, à recusa ao trabalho e, conseqüentemente, ao combate à vadiagem. A idéia das autoridades ligadas ao Estado era oferecer algum benefício para que o necessitado pudesse sobreviver, tendo como recursos aquelas esmolas então doadas de forma indiscriminada. Aqueles que não aceitassem este socorro e preferissem viver nas ruas seriam considerados vadios e, assim, combatidos pela autoridade policial. Contudo, os modelos europeus identificados nos Relatórios da Chefia de Polícia (APM, 1895, p. 19) chamavam a atenção para a responsabilidade dos Estados em relação à organização destes sistemas de caridade, contando-se, para isso, com a criação de instituições, onde vadios adultos e elas recolhidos pudessem ser separados de crianças para que, dessa forma, estas crescessem habituadas ao mundo do trabalho (p. 282; grifo nosso).

Como se pode deduzir, a preocupação do poder público com a imagem da nova capital supunha segregar os mendigos, colocá-los em uma posição de opressão imposta estabelecida pela regra legal. Assim, a legislação — o “Regulamento de mendigos”, por exemplo — abre-se a análises das formas coercitivas impostas aos cidadãos. Prova disso está na perda da placa de identificação do mendigo. Quando pego circulando sem a identificação, podia ser preso. Não importava as razões para não ter providenciado nova documentação.

Essa preocupação com as “manchas” na imagem de modernização construída em torno da nova capital mineira — e que veiculavam anseios de nível estadual — aponta um cenário mais amplo: o de que a República foi idealizada

como momento de regeneração social, de uma formação de uma nova mentalidade, de anulação dos indícios da decadência imperial, do passado escravista. Dentre as ações para esse fim, a escola, em particular a primária, passou a ser vista como um lugar privilegiado para formação moral e cívica. A escola como lugar privilegiado para formar cidadãos permeou discursos — difundidos entre o fim do século XIX e início do século XX — que viam a educação como fator primordial para o progresso da sociedade. Além disso, o ensino industrial corrigiria “[...] essa tríplice propensão negativa por meio do cultivo dos “hábitos” de trabalho profícuo”, esclarece Cunha (2005, p. 18).

Com efeito, o Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou o ensino profissional primário gratuito nas capitais. Em Belo Horizonte, “[...] esse projeto de escolarização das classes trabalhadoras e a instalação de uma escola profissional por parte do governo federal amplificou um processo que pretendia ser a marca da cidade, estando presente desde a sua construção”, como dizem Chamon e Goodwin Júnior (2012, p. 329–30).

A criação do ensino profissional para trabalhadores no período entre 1909 e 1927 aceita dois marcadores. Um deles seria o surgimento da primeira Escola de Aprendizes Artífices, em Belo Horizonte, sob iniciativa da União (decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909). De início, criam-se — nas unidades federativas e sob jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio — 19 escolas de aprendizes artífices para o ensino profissional, primário e gratuito. Outro marcador seria o decreto-lei 5.241, de 22 de agosto de 1927, que tornou obrigatório o ensino profissional. Associam-se educação e ensino profissional como instrumentos do Estado, quando cidades-chave vão assumindo uma feição mais urbanizada.

Congressos nacionais dão uma medida das teses postas em pauta quanto à educação. Um deles, realizado em Belo Horizonte, entre 28 de setembro e 4 de outubro de 1912, o II Congresso Brasileiro de Instrução Primária e Secundária, no qual Cypriano de Carvalho apresentou teses sobre o ensino primário para serem debatidas: liberdade e gratuidade contribuiriam para elevar o ensino primário — não por acaso, eram condições prescritas por lei; melhorar bibliotecas e museus e colocá-los ao alcance do cidadão seria de largo proveito para a instrução popular. Para o ensino profissional haviam teses relativas à conveniência da instrução de trabalhos manuais no secundário e da extensão do ensino profissional agrícola, industrial, comercial e o normal pelo aproveitamento do ensino geral ministrado nos estabelecimentos secundários, acrescidos com disciplinas facultativas e propriamente técnicas como facultativas.

Rocha (2012, p. 231) se refere à compreensão do ensino profissional expressa no Congresso; em suas palavras, os congressistas, “[...] quanto ao ensino profissional em geral, não o compreenderam como estritamente vinculado às massas populares, mas como ensino que deve se especializar, mantendo inclusive elos com o ensino secundário”.

No dizer de Cunha (2005, p. 15),



Mesmo com a intensificação dos conflitos sociais nos primeiros anos do século XX, os industrialistas diziam que o Estado deveria cogitar do ensino obrigatório antes mesmo de instituir leis sociais. Ao lado do esperado efeito moralizador das classes pobres, o ensino profissional era visto como possuidor de outras virtualidades corretivas. Era o que defendia João Pinheiro, importante líder industrialista, em 1906, quando presidente do Estado de Minas Gerais, ao propor a criação desse ramo do ensino para combater o bacharelismo que estaria grassando entre as camadas médias. Nessa linha, numerosos projetos foram apresentados ao Congresso Nacional, culminando com o de Fidelis Reis, que, aprovado em 1927, pretendia tornar obrigatório o ensino profissional nas escolas primárias mantidas ou subvencionadas pela União, no Colégio Pedro II e nos que lhe fossem equiparados (grifos nosso).

O acontecido Congresso reverberou no ano seguinte, ao menos no discurso do governo de Minas Gerais, Julio Bueno Brandão, cuja mensagem de 15 de julho de 1913 mencionou o evento nestes termos:

Reuniu-se nesta Capital, no dia 28 de setembro do anno passado o 2º Congresso Brasileiro de Instrucção e Ensino, tendo a cidade, nessa ocasião, a honra de hospedar diversos professores, directores de estabelecimentos de ensino e representantes officiaes do Governo Federal e de Estados. Foi uma Assembléa notavel que aqui trabalhou durante mais de 8 dias, em bem da causa empolgante que deu motivo á sua reunião. Serão publicados os annaes do Congresso e nelles se encontrarão mais amplos esclarecimentos e informações sobre o que se passou naquelles memoraveis dias das suas proveitosas sessões.

O tom da mensagem se alinha ao discurso do presidente da comissão organizadora do congresso, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, que foi Presidente do Estado de Minas Gerais entre 1914 e 1918:

Não esta em mim, senhores, o poder superior e magnetico de infiltrar em todos os corações patrióticos e balsamo santo do mesmo amor, do mesmo fervor religioso, da mesma dedicação moral, com que patrícios nossos — taes como Cesario Motta, em S. Paulo e João Pinheiro, em Minas, e outros estadistas em diversos Estados da Republica se consagraram, se dedicaram ao impulsionamento desse gravissimo e, por emquanto, insolúvel problema da educação nacional. Mas, senhores, o que a acção individual não pode fazer, poderão certamente a acção conjugada, o trabalho commum, o esforço e a concentração de diversas vontades, tendentes ao mesmo fim: poderá conseguil-o este Congresso, cuja primeira utilidade pratica, para mim a maior, será certamente o grande vigor moral, a concentração dos elementos e esforços officiaes e particulares na construcção do grande edificio da nossa civilização e elevação intellectual perante os povos cultos; será o estímulo poderoso que despertará energias isoladas, accordará actividades dispersas e enervadas pelo pessimismo dos que não acreditam nas correntes impetuosas do nosso progresso, e nas grandes forças creadoras do desenvolvimento intellectual, moral e material deste immenso e rico paiz.

A reunião, senhores, do Congresso do ensino primário e secundário, periodicamente, em diversos Estados da Federação Brasileira, sem caracter official — equivale no despertar de um profundo somno e, quando não tenha outros effeitos praticos, terá certamente esta virtude preciosíssima: — desenvolverá a corrente que deve ser impetuosa, estimulará e propagará ideas, formará e engrossará mais as fileiras dos luctadores de uma grande obra civilizadora. A democracia, senhores, tem exigencias salutaes; em materia do ensino ella não se contenta só com a guerra ao analfabetismo boçal, quer mais alguma cousa além disso, ella exige a lucta contra o semi-analfabetismo pelo desenvolvimento do ensino fundamental, secundario e profissiona. E ainda vão além as suas pretensões e exigencias: quer o pleno florescimento do ensino superior e scientifico nesta Patria que todos nós extremecemos. Bem vêdes, srs. Congressistas, por este simples enunciado — que é vasta demais a vossa tarefa, que é muito complexa e difficil a solução para a grande causa que aqui nos congrega. Devo dizer-vos, com sinceridade, que não estamos hoje sinão no começo de uma grande e deante da obra apenas esboçada em alguns Estados da Federação se antepõem grandes barreiras, enormes obstáculos, que devem ser vencidos pela cooperação espontanea de todos os homens publicos, particulares e associações. Só assim a Republica Brasileira, que já deve ter a consciencia de si mesma, porque já entrou na idade viril, e sabe o que quer a respeito do ensino publico, poderá concluir a sua missão civilizadora e educadora pela construcção parcelada deste vasto edificio da instrucção publica, de que é pedra angular a escola primaria. Este Congresso mesmo, senhores, é o fructo da democracia triumphante; elle demonstra que um sopro de vida nova impele-nos para a frente e agita, actualmente, o paiz inteiro. Até há pouco dominava o mar morto do indifferentismo e da inercia e uma assembléa desta ordem não se reuniria amparada pelo sol da liberdade, com tão bons prognosticos de proveito pratico. Antes a instrucção era privilegio e hoje todos proclamam que é bem commum, ao qual devam aspirar todas as classes da sociedade nova. Por isso vemos, essa satisfação, esse despertar solemne de consciencias esclarecidas, em torno deste pavilhão (RIBEIRO, 1912, p. 162-3)

Como se pode ler, o discurso enfatiza o analfabetismo e o desenvolvimento do ensino fundamental, secundário e profissional como forma de aplacá-lo. Privilégio de alguns, a instrucção se projeta, então, como a esperança que o novo tempo traz, um tempo em que a democracia haveria de se efetivar e despertar o esclarecimento das consciências. Nessa linha de argumentação, a mensagem de Bueno Brandão reconhece a importância de sua concretização na capital mineira; em parte, porque sua mensagem deixa transparecer uma defesa da educação nacional como condição primordial a um país republicano, ou seja, defesa de uma luta contra a ignorância popular para tentar manter povo sutilmente educado numa via democrática que pudesse abarcar os grupos excluídos das benesses da educação até então: uma maioria expressiva da população sem condições materiais de arcar com o custo da educação particular, inclusive as mulheres.

De fato, os congressistas citaram o ensino profissional feminino no segundo congresso. Eis o tom da menção:

Instrução Profissional – THESE: Para a perfeita educação feminina, no Brasil, nos diferentes aspetos moral, intellectual, physico, profissional e social: quaes os meios de que se deve lançar mão actualmente? Nesse sentido, não convém preconizar a fundação das Escolas Maternaes, das Escolas de Profissões Domesticas, dos Institutos Profissionaes Femininos? Encerrados os trabalhos, o sr. Presidente suspendeu a sessão e designou o dia 27 de janeiro para a 2ª reunião da comissão organizadora do 2º Congresso. Para constar, lavrei eu Luiz Pessanha, secretario geral, a presente acta que, depois de approvada, será assignada por todos os membros da comissão organizadora. Approvada. Delfim Moreira, Cypriano de Carvalho, Nelson de Senna, Estevam de Magalhães Pinto, Rodolpho Jacob (CONGRESSO BRASILEIRO DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA, 1912, p. 8)

A instrução profissional feminina se preocuparia, então, com os aspectos moral, profissional, físico e social, bem como com os meios para alcançar essa “perfeita educação” da mulher, como sugere a citação. Para discutir o assunto, a quinta comissão do congresso reuniu membros como o professor Benjamin Flores. Conforme Barreto (1950), em 1913, esse professor criou, em Belo Horizonte, a Escola Profissional Feminina. Marco primordial das possibilidades de escolarização até então negadas à mulher, tal escola funcionou de 1913 a 1960 e pode ser entendida como instituição técnica mais ou menos formal – como veremos no estudo de sua gênese, a seguir.

## 2. A ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA DE BELLO HORIZONTE

FIGURA 1. Prédio onde funcionou a escola profissional Feminina de Belo Horizonte entre 1919 e 1933, na rua Sergipe esquina com rua Tymbiras



Escola Profissional Feminina de Bello Horizonte.  
Fonte: Fon Fon, 1925, p. 46.

A Escola Profissional Feminina de Bello Horizonte - conforme notas jornalísticas do Minas Geraes, de 1919 a 1933 - funcionou na Rua Sergipe,

esquina com a Tymbiras, onde foi fundada em 20 de agosto de 1919, pelo professor Benjamin Flores.

Sobre a fundação da escola, são mencionadas três diferentes datas. Segundo Barreto (1950), há vestígios de que essa escola tenha sido fundada em 1913, data esta confirmada pelo Anuário de Belo Horizonte (1953, p. 151), com o acréscimo do seguinte: “Em 1913 o professor Benjamin Flores fundou a Escola Profissional Feminina, conseguindo em 1920 que uma lei autorizasse o registro dos diplomas pela escola conferidos”.

Já nos Relatórios do Ministério da Agricultura, apresentados ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Miguel Calmon du Pin e Almeida (1925, p. 640), consta que a

Escola Profissional Feminina de Belo Horizonte – Fundada em 1917, esta Escola tem os diplomas reconhecidos pelo Governo do Estado de Minas Geraes e não só ministra a instrução civica, moral e domestica, mas tambem a profissional, mantendo com tal intuito: 1º - curso normal profissional de tres anos de duração; 2º - curso comercial; 3º - curso de dactylographia; 4º - curso de tachygraphia; 5º - curso de desenho de architectura; 6º - curso de pintura e artes decorativas; 7º - curso de chapeos. Desde a fundação, matricularam-se na Escola 823 alumnas, tendo concluído o curso normal profissional 37, o curso comercial 76 e o curso de corte e costura 81. Dispõe a Escola de um corpo docente composto de 15 professoras. A renda pouco excede a 20 contos, sendo a despesa um tanto mais avultada. As condições da Escola são, pois, bastante modestas, mas, mesmo assim, presta bons serviços á sociedade.

Conforme discutido anteriormente, concorda-se com Gomes e Chamon (2010, p.11), quando afirmam que o senhor Benjamin Flores, provavelmente, tenha considerado como anos de fundação da referida escola, apenas aqueles legitimados pelo reconhecimento do diploma no Estado de Minas Gerais. Dessa forma, no que se refere aos anos anteriores, nos quais se evidenciou uma lacuna em relação às fontes históricas (1913 a 1919), provavelmente estas tenham sido desconsideradas em razão da ausência do registro dos diplomas.

A Escola Profissional Feminina de Belo Horizonte funcionou com recursos modestos, em prédio alugado, destinada a uma clientela de jovens com poucos rendimentos financeiros.

“Escola Profissional Feminina, com séde em Belo Horizonte, é uma instituição de ensino technico e profissional, com duração indefinida, que tem por fim preparar suas alumnas, ministrando-lhes solidos conhecimentos **de uma arte ou profissão, de modo a tornal-as na luta pela vida, uteis a si e á patria.**” (MINAS GERAES, 1920, p. 4, grifos nossos).

Isso sinaliza que a escola se destinava a formar moças que pudessem se defender e contribuir com a pátria. Destaca-se que, de acordo com a Lei 800, a

qual reorganizara o ensino primário no Estado de Minas Gerais em 1920, em seu artigo 9, as nomeações para o professorado primário recairiam, preferencialmente, sobre normalistas solteiras ou viúvas sem filhos.

Na perspectiva de Souza (2001, p. 113)

A mulher deveria ser preparada profissionalmente para se auto-sustentar, já que nem todas iriam se casar ou poderiam contar com o auxílio financeiro da família. Para as mulheres pobres e solteiras, portanto, a educação profissional poderia ser a única saída para se manterem dignamente. As mulheres casadas deveriam trabalhar para que pudessem se manter sem dependências ou humilhações; além disso, seu trabalho contribuiria para a riqueza e o bem-estar do país.

É importante observar que, a respeito desse tema, a Revista de Ensino, n. 5 de 1925, p. 117, publicou sobre a “Conferência de Aprígio Almeida Gonzaga, sobre a - I Finalidade do trabalho manual para mulheres; II Finalidade do trabalho manual para os homens; III - Finalidade do trabalho manual na formação cívica dos jovens”.

Nesse estudo, ressalta-se a visão desse educador e diretor da Escola Profissional Masculina e da Escola Profissional feminina da Capital paulista, qual seja:

O objeto da Escola: A finalidade do ensino profissional de artes e ofícios para a mulher não me parece bem orientada. A escola profissional deveria chamar-se: Escola de Educação doméstica e profissional. Eu quero a escola que prepare dona de casa, dando-lhe uma profissão, não a escola que torne operárias, em detrimento da sua missão social. Deixamos de parte toda essa questão de direitos, reivindicações e feminismo. Attendamos a natureza, que, na organização e diferenciação orgânica de cada um, estabeleceu as funções e as adaptações à vida. A escola profissional, para mim, um grande lar, e, sob esse ponto de vista, desdobrarei meu modo de ver, para mostrar a oportunidade e acerto dessa orientação. Eu vou conversar, palestrar com as minhas colegas, a respeito da finalidade do trabalho manual para mulheres. Uma das coisas que mais me tiraram a atenção, no Congresso Pedagógico da criança, no Rio de Janeiro, foi a exposição de trabalhos femininos que os Grupos escolares apresentaram. Allí se viam colchas de seda, cortinas, bordados, almofadações, almofadas, centros de mesa, não se via porém, um paninho de algodão, não se via um objecto de utilidade. Era somente ostentação, quer dizer a quasi inutilidade para as meninas que frequentam estes estabelecimentos de ensino. (GONZAGA, 1925, p. 117)

Assim, a escola era compreendida como uma instituição que não formasse operárias, mas donas de casa, inculcando regras e valores morais necessários para exercer a maternidade e a função de esposa. Gonzaga (1925), então, defendia que a função da mulher na sociedade deveria ser voltada para uma aprendizagem profissional, relacionada a um aprendizado doméstico. Nesse sentido, concorda-se com Souza (2001, p.113), quando ele afirma que:

A mulher teria a tarefa de educar os filhos, animar o esposo, zelar pelo governo e economia do lar, função, aliás, considerada de extrema importância. Aprendendo noções de Economia Doméstica, a mulher conseguiria aproveitar satisfatoriamente o salário do marido não o desperdiçando. Ensinando-se às mulheres a utilizar os recursos financeiros da família e economizando, evitar-se-iam motins, lutas políticas, greves dos trabalhadores descontentes com os baixos salários.

Para Gonzaga (1925), a função maternal da mulher deveria ser igualmente discutida de acordo com a aprendizagem profissional. À mulher, caberia a tarefa de educar os filhos, animar o esposo, zelar pelo governo e economia do lar, função, aliás, considerada de extrema importância. Aprendendo noções de Economia Doméstica, a mulher conseguiria aproveitar satisfatoriamente o salário do marido não o desperdiçando. Portanto, ensinando-se às mulheres a utilizar os recursos financeiros da família e economizando, evitar-se-iam motins, lutas políticas, greves dos trabalhadores descontentes com os baixos salários.

O autor argumentava que se deveria ter cautela, ao escolher um professor de Trabalhos Manuais, devendo a escolha recair sobre aquele que não somente dominasse as técnicas de trabalho, mas que fosse também capaz de educar o aluno de maneira mais ampla: “Às escolas profissionais cabe muito mais educar os jovens para bem interpretarem seus deveres e direitos, de conformidade com os do seu patrão e os da sociedade, que os adestrar no manejo desta ou daquela ferramenta” (GONZAGA, 1925, p. 117).

Assim, na visão do autor, o trabalho manual poderia inculcar hábitos de ordem, economia, e formar o indivíduo moral e civicamente, visto que não se restringia à verbalização, mas educava no e pelo trabalho. O ensino de Trabalhos Manuais era obrigatório também para os normalistas, visando prepará-los para o ensino no curso primário, como também desenvolvendo neles o reconhecimento de sua própria importância como meio de formação moral.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com os textos dos jornais apresentados pode-se inferir que o conteúdo destes estavam em concordância com a conhecida “Lei dos pobres”. A Lei surgiu na Inglaterra em 1601 e foi ratificada em 1640. Nessa Lei já está o germen que irá ganhar contornos sobre a assistência institucional aos “indigentes” - de acordo com a denominação da época - no século XIX e XX no Brasil e, em particular, na cidade de Belo Horizonte, isto é, a criação de empregos, medidas de trabalho obrigatório e repressão da vagabundagem. Em 1834, uma grande reforma, também, na Inglaterra reiterará estes princípios e os aprofundará (RIBEIRO; SILVA: 2016).

A reforma de 1834 tratando sobre a pobreza e a repressão a esta tem origem em um contexto em que se estão revolvendo estruturas econômicas em

vista de uma nova forma de produzir mercadorias e em que relações de produção estão sendo redefinidas, principalmente nas cidades em que a vida urbana ganha nova configuração. Concentrando pessoas e destacando ainda mais as consequências da nova forma de produzir riquezas, portanto, urgia para a nova capital do estado de Minas Gerais proclamar e efetivar dispositivos para estas novas relações sociais que paulatinamente se estabeleciam no país.

Por outro lado, Geremek (1995, p. 113-114) indica que, desde o século XV, a mulher é a “grande vítima da pauperização” na Europa, em cuja situação, provavelmente, também se encontra Belo Horizonte. A preocupação com o ensino profissional dos administradores em relação às mulheres envolve uma questão de gênero, e a contribuição que a mulher poderá, desde que em um processo de socialização com dispositivo educacional procedente, dar a esta relação nos moldes de manutenção do status quo então se esboçando nas esferas da moralidade e da economia.

A capital mineira, desde sua gênese, viveu a necessidade de se apresentar como cidade-símbolo da modernidade republicana. Assim, tinha como posição assumida retirar de suas ruas os mendigos, os pobres, que eram caracterizados como o avesso do belo, da modernidade e da promessa de progresso.

A Escola Profissional Feminina de Belo Horizonte, cujo funcionamento se deu no período de 1913 até os anos de 1960, foi destinada a moças com idade mínima de 12 anos, as quais, com poucos recursos, inseriam-se no curso normal profissional, escolhendo também outros, como de datilografia, desenhista, guarda-livros, telegrafista, costureira, florista e chapeleira.

O ensino profissional, quer seja urbano ou rural, aparece nos discursos republicanos e se interliga à ideia de uma civilização moderna, que se pretendia industrializar. No caso das moças, alunas da Escola Profissional Feminina de Belo Horizonte, o que foi foco desse estudo, a elas não foi negado o lugar da profissionalização, o que possivelmente pode ter levado a um processo emancipatório, desencadeando a formação da trabalhadora para o comércio, para a indústria e para a educação, o que auxiliou na renda familiar. No entanto, mantiveram-se essas circundadas estudantes para que seguissem os conhecimentos, considerados importantes para uma boa dona de casa, de acordo com os discursos moralizante e político da sociedade, ligados aos princípios republicanos e aos interesses do processo produtivo capitalista, segundo os quais se elevava a nação brasileira, em especial a capital mineira, rumo à ordem ao progresso e ao desenvolvimento do Estado Minas Gerais.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Abílio. **Bello Horizonte**: memória histórica e descritiva. Belo Horizonte: Livraria “Rex”, 1936, 760 p.

\_\_\_\_\_. **Resumo histórico de Belo Horizonte – 1701-1947**. Belo Horizonte:

Imprensa Oficial, 1950.

BRASIL. **Relatório de 1925**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1925, 640 p.

CHAMON, Carla Simone; GOODWIN JÚNIOR, James William. A incorporação do proletariado à sociedade moderna: a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais (1910–1941). **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 319–40, jun. 2012. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752012000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000100015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 jan. 2017.

CONGRESSO BRASILEIRO DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA, 2., 1912, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1912.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo. Miséria brasileira e macrofilantropia: psicografando Marx. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 237-262, jul./dez. 2003.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro 1909/1934**. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2001.

GEREMEK, Bronislaw. A Piedade e a Força. História da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1995.

GOMES, Warley Alves; CHAMON, Carla Simone. Entre o trabalho, a escola e o lar: o caso da Escola Profissional Feminina de Belo Horizonte. In: II Seminário Nacional de Educação Tecnológica, 2010, Belo Horizonte. **Anais do II SENEPT**. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2010. v. 1. p. 1-10.

GONZAGA, Aprígio de Almeida. Conferências. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, n. 5, p. 11, 1925.

GRAVE, João (org.). **Lello Universal: Novo Dicionário Encyclopédico Luso-Brasileiro**. Porto: Lello, 1900.

GUIMARÃES, Berenice Martins. A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis. In: RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz; PECHMAN, Robert Moses. **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 123-140.



MONTEIRO, Bernardo Pinto. **Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas**. Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1900. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=24201&chPlc=24201>>. Acesso em 08/03/2017.

PIMENTEL, Francisco Mendes. Discurso pronunciado na sessão de 6 de julho de 1896 na Câmara Mineira dos Deputados. In: MENDES PIMENTEL, Camilo et al. **Francisco Mendes Pimentel: jornalista e político, professor, jurista**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1949.

PINTO, Jefferson de Almeida. **“Uma esmola pelo amor de Deus!”: caridade, filantropia e controle social (Juiz de Fora, 1870-1930)**. OPSIS: Dossiê, História e Sensibilidades. v. 8, n. 11 (2008), p. 275-298.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. São Paulo: Paz e Terra, 4. ed., 2014.

RIBEIRO, Betânia de O. L.; SILVA, Elizabeth F. da. A opção pela “pobreza” do Estado Brasileiro enquanto política de governo sob o Partido dos Trabalhadores. In: **Acta acadêmica: XXX Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. San José, Costa Rica: Congreso ALAS Costa Rica 2015, XXX / Asociación Latinoamericana de Sociología, junho de 2016. Disponível em: <<http://sociologia-alas.org/congreso-xxx/ponencias/>>. Acesso em: 03 Fev. 2017.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. A lei brasileira de ensino Rivadávia Corrêa (1911): paradoxo de um certo liberalismo. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 219-239, Sept. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982012000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000300011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 03 Fev. 2017.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação Contemporânea)

SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. **Os homens da ordem e as ordens dos homens: ordenamento urbano e policiamento em Belo Horizonte**. 2008. 137 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2008.

\_\_\_\_\_. **Os homens da ordem e a ordem dos homens: vigilância, ação policial, concepções de ordem e legislação municipal em Belo Horizonte (1895- 1930)**. Heera (UFJF. Online), v. 7, p. 16-42, 2012.

SOUZA, Rita de Cássia de. **Sujeitos da educação e práticas disciplinares: uma**

leitura das reformas educacionais mineiras a partir da Revista do Ensino (1925-1930). 2001. 355f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2001.

VILELA, Cláudia Oliveira Cury. **A Instrução para os Desprotegidos da Sorte: obrigação ao trabalho no sertão da ignorância, MG- 1889-1909**. 2016. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2016.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. A capital controversa. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 43, v. 2, jul./dez. 2007.

\_\_\_\_\_. Mutualismo e filantropia. **Locus: revista de História**. Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 99-113, jan/jun. 2004.

### Fontes

ANUARIO DE BELLO HORIZONTE. Belo Horizonte, **Imprensa Oficial**, 1953, ano 2, n. 2, 220 p.

BELO HORIZONTE. Coleção de Anais da Câmara Municipal de Belo Horizonte. **Arquivo Público Mineiro**, 1909-30.

### Jornais

**Diário de Notícias**, Belo Horizonte, 1907.

**Minas Geraes**. Belo Horizonte, 1920.

**Revista Fon Fon**, 1925.

**ABSTRACT:** Aims to comprehend the specificities of the implementation of professional formation to workers, in Belo Horizonte, MG, on the period from 1909 to 1927, guided by the Federal Decrees (n. 7.566, from September 23 of 1909, and n. 5.241, from august 22 of 1927). The following categories were the main focus: female professional formation, politics, poverty and marginalization in the context of Belo Horizonte city, MG. In this case, is verified that was exemplar the female professional formation, when emerged possibilities for schooling, until then denied to women, in Female Professional School, created on 1913, which survived to 1960. The main sources were the journalistic publications, the educational legislation, and mayors' reports from Minas' capital, Presidential messages. Such sources were put to the perspective of speech analyses procedure under the input of Educational History. Theoretically, such research is under the focus of the dialectics perspective, aiming to articulate the local dimensions, statewide and nationwide, among other aspects, however, having in mind the initially announced categories. In terms of results, in the process of redefining social wholes attributed

to men, women and child, in the restructuring of familiar and sentimental relations, in the composition of a new social conjunction, the workers were presented with new possibilities which pointed to horizons of expectations, in terms of emancipation, in relation to the experiences of a routinely explored class.

**KEYWORDS:** Female Professional Formation; Poverty; Marginality.

---

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-93243-42-4

